

Pesquisa encarnada e ‘partir de si’: a articulação teórico-  
metodológica na narrativa de mulheres sobre o Ato Público  
‘Somos Todxs Adelir’ (Florianópolis, 2014)<sup>1</sup>

Incarinate research and from oneself: the theoretical and  
methodological links on women narratives on the public act:  
*Somos Todxs Adelir* (Florianópolis, 2014)

Daniele Beatriz Manfrini\*

Rosanna Cima\*\*

**Resumo**

O artigo articula os aspectos teórico-metodológicos e o percurso em si de uma pesquisa em curso, com a proposta da pesquisa encarnada, que pressupõe o ‘partir de si’ e a interação com as mulheres enquanto uma restituição contínua durante todo o processo de pesquisa. A pesquisa encarnada e o ‘partir de si’ são propostas feministas que pressupõem que o corpo é lugar principal de se fazer pesquisa e a experiência pessoal da pesquisadora é o mobilizador de seu envolvimento com o tema, que encontra ressonância nas vivências das pesquisadas e torna-se uma ação política coletiva. As interações antes, durante e após o trabalho de campo e a restituição como um contínuo são ferramentas necessárias para compreender a pesquisa como um percurso de encontros e trocas entre os sujeitos da pesquisa. A narrativa e o genograma são apresentados como instrumentos que reforçam outros olhares e análises conjuntas entre pesquisadora e pesquisadas. Apresenta-se a pesquisa em curso com mulheres participantes do Ato Público Somos Todxs Adelir, contra a violência obstétrica, em Florianópolis no ano de 2014 a partir de suas trajetórias relacionadas à maternidade e motivações para a participação política em torno do tema. O Ato público representou uma ação política importante na emergência contemporânea da temática da violência obstétrica em Florianópolis, com repercussão em âmbito institucional do Ministério Público, grupos e uma

<sup>1</sup> A tradução da parte do artigo escrita originalmente em italiano foi feita por Andrea Gabriele Scorza Barcellona com contribuições de Mariatesa Muraca, a quem agradecemos.

\* Doutoranda em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Assistente Social do Ministério Público de Santa Catarina. E-mail: danielebeatriz@hotmail.com

\*\* Doutora em Scienze dell’Educazione e della Formazione Continua pela Università degli Studi di Verona. Professora do Departamento de Filosofia, Pedagogia, Psicologia Università degli Studi di Verona. E-mail: rosanna.cima@univr.it

entidade de apoio. Articulando ao relato das interações entre as sujeitas são apresentadas partes das narrativas das mulheres sobre seus partos, violências sofridas e envolvimento com o tema.

**Palavras-chaves:** pesquisa encarnada, feminismo italiano, narrativa de mulheres, violência obstétrica, ação política.

### Abstract

This paper articulates the theoretical and methodological aspects and the route of an ongoing research, with a proposal of incarnate research, which assumes the practice of starting from oneself and the interaction with women as a continuous restitution during the whole research process. The incarnate research and the practice of starting from oneself have their origins in the Italian feminism. They assume that the body is the main place to do research and that the personal experience of the researcher is the mobilizing feature of their involvement with the topic, which finds resonance in the experiences of the researched ones and becomes a collective political action. Interactions before, during, and after fieldwork and the restitution as a continuous are necessary tools to understand research as a route of encounters and exchanges between the subjects of the research. We present the narrative and the genogram as instruments that strengthen other points of view and joint analyses between researcher and researched ones. We present the ongoing research with the contribution of women participating in the Public Act *Somos Todxs Adeligir*, an act against obstetric violence held in Florianópolis in 2014. The agenda involved their trajectories related to maternity and their motivations for the politic participation around the topic. The public act represented an important political action in the contemporary emergency of the thematic of obstetric violence in Florianópolis, reflecting in the institutional scope of the Public Prosecution's office, some groups, and a support entity. In articulation with the report of the interactions between the subjects, we present part of the women's narratives on their childbirths, experienced violence, and involvement with the topic.

**Keywords:** Incarnate Research, Obstetric Violence, Narrative, Italian Feminism, Political Action.

## Introdução

O artigo pretende abordar algumas especificidades da pesquisa com mulheres, com ênfase sobre as particularidades na utilização de metodologias

que privilegiam as interações e conexões entre as mulheres participantes da pesquisa – pesquisadoras e pesquisadas. Para além de conclusões, o enfoque é apresentar articuladamente os aspectos teórico-metodológicos e o percurso em si de uma pesquisa em curso, com a proposta da pesquisa encarnada, que pressupõe o 'partir de si' e a interação com as mulheres enquanto uma restituição contínua durante todo o processo de pesquisa. Para tanto, articular-se-á à experiência da pesquisa em curso com mulheres participantes do Ato Público 'Somos Todxs Adelir' (Ato), contra a violência obstétrica<sup>2</sup>, em Florianópolis no ano de 2014, a partir de suas trajetórias relacionadas à maternidade e motivações para a participação política em torno do tema da violência na assistência obstétrica e as interações entre as autoras, nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) e junto à Università Degli Studi di Verona.<sup>3</sup>

## 1. Pesquisa encarnada: primeiro passo<sup>4</sup>

Porque se faz pesquisa? Quem se beneficia com minha pesquisa? Qual é minha pergunta? Quais métodos eu uso? Qual desejo inspira minha pesquisa? Há encontros imprevistos que transformam a pesquisa? De que forma os efeitos desses encontros entram no método? O que eles transformam em mim? Para encontrar métodos e ferramentas capazes de renovar o pensamento, é preciso olhar para dentro 'das anatomias secretas de nossas vidas.'<sup>5</sup>

<sup>2</sup> Violência na assistência obstétrica é um termo de uso recente que se refere às diversas formas de imposições no período gestacional e puerperal ou ausência de protagonismo da mulher no parto. Consta em Luz (2014, 17), que violência obstétrica, enquanto um conceito internacional é definida como 'qualquer ato ou intervenção direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera ou ao seu bebê, praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher e/ou em desrespeito a sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências.' LUZ, Lia Hecker. *O renascimento do parto e a reinvenção da emancipação social na blogoesfera brasileira: contra o desperdício das experiências*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFRN: 2014.

<sup>3</sup> Desta maneira, este artigo começou a ser articulado, durante a realização do estágio doutoral, que é assim um dos frutos desta interação, razão pelo qual agradeço imensamente a co-autora pela acolhida, acompanhamento e contribuições à pesquisa, ao Ministério Público de Santa Catarina pelo afastamento laboral para estudos e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

<sup>4</sup> O que me permite escrever com a coautora é marcado pela sintonia de pensamento e pelo carinho que tenho por ela e por sua família. Esta escrita é também possível graças aos passos de outras mulheres que me permitiram conhecer a UFSC, entre elas Mariateresa Muraca, que fez seu doutorado em co-tutela com o Prof. Reinaldo Mathias Fleuri (Muraca 2015). A eles dois, em diferentes planos, devo minha gratidão por eles me permitirem realizar seminários para estudantes de doutorado, realizados em 2013 e 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Neste contexto conheci a coautora e a Profa. Teresa Kleba Lisboa, orientadora dela.

<sup>5</sup> POTENTE, A. *Metodo come arte dell'etica. Approssimazioni e contributi*. Comunicação apresentada à Escola de doutorado em Ciências Humanas e Filosofia da Universidade de Verona. Verona, 6 de dezembro de 2011.

Defino *pesquisa encarnada* aquela investigação que considera o corpo como um lugar privilegiado para fazer pesquisa. As implicações corporais da pesquisadora fazem com que emergam os modelos culturais implícitos que atuam na pesquisa, através de um exercício etnográfico muito concreto: a auto-etnografia.<sup>6</sup> O conceito foi desenvolvido por Mari Luz Esteban<sup>7</sup>, em referência à antropologia encarnada que se abre para uma dupla dimensão de análise: a primeira dimensão é a da pesquisa sobre si mesmos em relação ao contexto (auto-etnografia), enquanto a segunda está relacionada com o conceito de *embodiment*, considerado como a incorporação conflituosa, interativa e capaz de resistir às categorias sociais e culturais<sup>8</sup>.

O conceito de *embodiment* revela a tensão entre o corpo individual, social e político, e considera o corpo como o campo cultural, lugar das interseções entre um indivíduo e seu contexto, em que as interações são consideradas um processo material e social<sup>9</sup>. Essa perspectiva foi abordada por Donna Haraway<sup>10</sup>, que propõe quebrar as principais dualidades na base do pensamento ocidental: mente/corpo, sujeito/objeto, objetivo/subjetivo, passivo/ativo, racional/emocional. Para Haraway, a investigação científica está centrada nos *conhecimentos situados*, nos lugares da experiência, sem cair no relativismo. Pensar na multiplicidade para redefinir os termos do debate sobre a objetividade científica significa estabelecer como ponto de tensão hermenêutica o ‘partir de si’ típico do feminismo da diferença na Itália.<sup>11</sup>

O ‘partir de si’ (*partire da sé*) é uma prática<sup>12</sup> que enfatiza a ideia de que estamos no mundo em fidelidade a nós mesmas. Não pode ser definida em

<sup>6</sup> Uso o termo ‘pesquisadora’ e não o masculino ‘pesquisador’, mais comum na linguagem acadêmica italiana com significado ‘neutral’, pois a pesquisa encarnada foi elaborada pelas mulheres e pelo pensamento feminista. Além disso, até hoje conheci apenas mulheres que serviram-se desta metodologia de pesquisa.

<sup>7</sup> ESTEBAN, M. L., *Antropología encarnada. Antropología desde una misma*, Papeles del CEIC # 12, junho 2004 (ISSN: 1695-6494), Disponível em: <http://www.ehu.es/CEIC/papeles/12.pdf>

<sup>8</sup> ESTEBAN, op. cit.

<sup>9</sup> LYON, M.L.; BARBALET, J.M. (1994) “Society’s body: emotion and the ‘somatization’ of social theory”, em Csordas, T.J. (ed.) *Embodiment and experience. The existential ground of culture and self*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 48-66.

<sup>10</sup> HARAWAY, D. 1988 Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective *Feminist Studies* 3, p. 575-599

<sup>11</sup> MURACA, M., *Diótima, Política e poder não são a mesma coisa*. In: Cadernos Pagu, vol.44, janeiro-junho, 2015, pp. 453-461; Muraca M., Cima R., *A radicalidade transformadora da diferença. Uma leitura situada de alguns textos do feminismo italiano*. In: Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 246-261, 2015.

<sup>12</sup> Pelo termo prática, entende-se ao mesmo tempo pensar e situar-se ativamente na realidade, sem um objetivo previamente estabelecido, mas com uma orientação. A prática recompõe o que normalmente as ciências separam: o pensamento teórico e o fazer.

poucas palavras, e por isso apresentamos aqui alguns trechos de Luisa Muraro que associa esta prática ao nascimento: *partir de* reúne dois significados diferentes: se afastar de alguém, e ao mesmo tempo começar de. Combina a ideia de afastamento e de um surgimento,

[...] É, portanto, uma renovação, no contexto biográfico e histórico, do movimento de vir ao mundo. Assim, a prática de partir de si mesma contrasta a alienação [...]. O 'partir de si' é um pensamento não atrelado à lógica da identidade e é capaz de andar na contingência, [...] não significa basear-se no papel ou na situação, no que a opinião pública propõe. Significa partir de uma vivência vivida, concreta, porém com todo o desejo que nos leva à frente, em transformação.<sup>13</sup>

Lidar com essa tensão e questionar o que está acontecendo na pesquisa e na construção do pensamento não nos deixa cair na individualização, porque relaciona o contexto, os sujeitos da pesquisa e os processos individuais da pesquisadora.

Quando esses planos estão dialogando, é possível dar voz a todos os sujeitos envolvidos, dedicando tempo e estudo para identificar uma linguagem apropriada capaz de descrever as atividades dos sujeitos e dos corpos, as emoções políticas<sup>14</sup>, os implícitos acadêmicos<sup>15</sup> e as relações que circulam no interior da pesquisa e os atravessamentos políticos e culturais.<sup>16</sup> Por sua vez, Adrienne Rich<sup>17</sup> afirma que o ponto de partida para compreender qual é o próprio posicionamento no mapa geopolítico e na história é começar não 'do continente, ou do país, ou da casa, mas da geografia mais próxima: o corpo'. Esboça-se uma cartografia a partir do nosso corpo, da nossa história que sempre é entrelaçada com as histórias sociais, políticas, posicionadas em uma geografia econômica. A anatomia da pesquisa considera os modelos culturais que são utilizados na produção científica<sup>18</sup>, questiona o conceito de campo<sup>19</sup>;

<sup>13</sup> MURARO L., *La partitura della nascita*, in *La sapienza di partire da sé*, Diotima, Napoli: Liguori Editore, 1996, p. 13-21.

<sup>14</sup> SIRONI F. 2010 *Violenze collettive. Saggio di psicologia geopolitica clinica*, Milano: Feltrinelli

<sup>15</sup> BOURDIEU, P. L'objectivation participante. Actes de la recherche em sciences sociales, vol. 150, dezembro 2003, p.43-58.

<sup>16</sup> MURACA M. T., CIMA R., ALGA M. L., *Anatomia dos olhares na pesquisa científica*, in Em Aberto - Brasília vol. 27 n. 91, "Sustentabilidade: desafios para a educação científica e tecnológica", p. 111-122, jan/jun 2014.

<sup>17</sup> RICH, A. Notes toward a politics of location. In: DIAZ-DIOCARETZ, M.; ZAVALA, I. M. (orgs). *Women, feminist identity and society in the 1980's*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985, p. 8-9

<sup>18</sup> CIMA, R. *Incontri possibili*. Roma: Carocci 2009.

<sup>19</sup> GUPTA A., FERGUSON J., *Anthropological locations: Boundares and ground of a field science*, Norwich, University of East Anglia, 1997.

reflete sobre a construção do sujeito que conhece e realiza uma descolonização do olhar<sup>20</sup>. Esta forma de pesquisa é sensível a todos os elementos envolvidos no processo de investigação e reformula a relação entre pesquisadora, ‘pesquisadas’ e o que as rodeia, com base na ressonância e não na dicotomia<sup>21</sup>.

### 1.1. Os terrenos da pesquisa

O conceito de “terreno de pesquisa” tem sido questionado e teorizado novamente por Akhil Gupta e James Ferguson, e nos permite abordar uma multiplicidade de questões. Na antropologia, normalmente, o tempo e o terreno de pesquisa são divididos em três momentos: antes do campo, durante e depois. Na pesquisa encarnada esta segmentação é redutora: o *terreno não é mesmo um caminho/viagem* que inclui todas as ações que ocorrem no espaço e no tempo? Incluindo a escrita? A dimensão espacial e temporal entre momentos e escrita não seriam mesmos processos a serem incluídos?<sup>22, 23</sup> Estas são perguntas recorrentes nas mulheres que se dedicam à pesquisa e que eu encontrei nos últimos sete anos de minha vida. Alga escreve: ‘Pensar o campo como um conjunto de práticas de residência e de deslocamento, descentrá-lo, desnaturalizá-lo, repensá-lo em termos de encontros de viagem (fieldwork as travel encounters), significa me re-orientar continuamente nas relações geopolíticas e pessoais. Nesta perspectiva, o campo torna-se um conjunto de práticas espaciais, um habitus ao invés de um lugar (as a habitus rather than as a place), um conjunto de comportamentos e práticas incorporadas (a cluster of embodied dispositions and practices).’<sup>24, 25</sup>. Quando a pesquisa é um contínuo, ela acaba se tornando parte da nossa vida, e aceitamos o ‘risco’ de sermos envolvidas e, portanto, também a desorientação que isso pode nos causar. Graças a esta postura, podemos encontrar o sentido vital de estarmos/

<sup>20</sup> QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept. Or The Americas in the Modern World-System. *International Journal of Social Sciences*. N. 134, nov.1992, pp. 549-557.

<sup>21</sup> MURACA M. T., CIMA R., ALGA M. L., *Anatomia dos olhares na pesquisa científica*, in Em Aberto – Brasília vol. 27 n. 91, “Sustentabilidade: desafios par a educação científica e tecnológica” p. 111-122, jan/jun 2014.

<sup>22</sup> Agradeço à Maria Livia Alga por sua pesquisa de doutorado (Alga 2015), que tem sido para mim uma grande fonte de inspiração para a metodologia de pesquisa. Graças a ela, pude conhecer os textos etnográficos que foram citados nesse artigo, e questionar alguns aspectos metodológicos.

<sup>23</sup> ALGA. Maria Livia, *Ethnographie terrona de sujets excentriques. Pratiques, narrations et représentations pour contrer le racisme et l’homophobie en Italie*. Tesi dottorato di ricerca in Studi di genere dell’Università PARIS 8, menzione in antropologia, in co-tutela con Scuola di dottorato di Scienze Umane e filosofia corso di dottorato in Scienze dell’educazione e della formazione continua – Università di Verona, dicembre 2015.

<sup>24</sup> CLIFFORD, J. (1992). *Travelling Cutures*. Cultural Studies. New York: Routledge, p.199

<sup>25</sup> ALGA, 2015. op. cit.

sermos envolvidas na investigação e de participarmos na co-construção dos saberes situados. A pesquisa então é vivida como uma escavação, como um sítio arqueológico onde as categorias utilizadas para interpretar a realidade, são questionadas a partir do que acontece nos corpos e nos sujeitos que pesquisam.

As práticas espaciais levam-nos a considerarmos não como investigadoras que se deslocam de um campo para outro, por exemplo, do Brasil para a Itália e o retorno, e sim como interconexões entre lugares diferentes e específicos. A interligação é como uma textura movida pelo corpo da pesquisadora que carrega consigo o 'partir de si', o 'onde' a partir do qual ela toma a palavra. Encontramos um exemplo deste trabalho neste trecho da tese de doutorado de Mariateresa Muraca:

Aceitando as provocações da antropologia feminista pós-moderna, tentei apresentar o conhecimento etnográfico como resultado de relações especiais entre eu e algumas mulheres, em contextos e lugares específicos, considerando as situações muitas vezes precárias em que foi realizada a pesquisa, a forma como fui recebida nos contextos que conheci, os limites, as possibilidades e os recursos com que eu me deparei, não como elementos de fundo, e sim como aspectos constitutivos da minha interpretação (Grossi, 1992). Reconhecer o papel das minhas interlocutoras como co-construtoras de saber me levou a valorizar a dialogicidade como condição que possibilita o caminho todo da pesquisa, e a incluir-me na observação e na reflexão.<sup>26</sup>

Seguindo esta abordagem, definir 'o que é um campo de pesquisa' implica, ao mesmo tempo, explicitar o posicionamento da pesquisadora no percurso do conhecimento, ou seja, determinar qual é o espaço de interpretação que se interpõe entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Ter consciência de si e do meio acadêmico em que a pesquisadora se formou, nomear o que faz parte de sua metodologia de pesquisa significa, de acordo com Bourdieu, objetivar o mundo acadêmico. Tal objetivação participa da construção do conhecimento na medida em que consideramos os aspectos acadêmicos e históricos também como um campo de pesquisa, colocando-os em um 'processo de objetivação'. Ao fazer isso, a pesquisadora faz emergir aquilo que o estudioso francês chama de 'inconsciente acadêmico', que sempre está subjacente, mas que, justamente por ser 'inconsciente', não é evidente.

---

<sup>26</sup> MURACA, Mariateresa. Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina. Uma etnografia colaborativa. 2015. 476 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PICH0156-T.pdf>, p. 70

O deslocamento físico marca o deslocamento geográfico, mas representa também uma metáfora para o afastamento de um pensamento ‘ocidental’, de um ‘centro único’, como o meio acadêmico se apresenta, para ganhar a consciência de um etnocentrismo do olhar, do qual é preciso tomar as medidas para que possamos entender seus limites<sup>27</sup>. Abolir o antes/durante/após o campo de pesquisa significa, portanto, construir saberes ‘localizados’, parciais, encarnados, constantemente interconectados, e nos quais a pesquisadora objetiva si mesma e busca ferramentas e métodos para co-pesquisar, com outras e outros, junto aos pesquisadores/pesquisadoras<sup>28</sup>. Construir um conceito *móvel* de pesquisa (em termos de espaço, métodos e relações) promove conexões com outros conhecimentos ‘parciais, encarnados’ são conexões solidárias, porque o que está em jogo não são apenas as vidas pessoais, mas as ações políticas que abordam os processos interpretativos fixos e constroem epistemologias<sup>29</sup>. Quando a pesquisa é proposta como o resultado da experiência de um único sujeito, ela é redutora no sentido de que não conduz para algo ‘a mais’, enquanto se ela se estrutura como pesquisa encarnada, coloca-se em um projeto de práticas políticas, com outras e outros, onde há a pretensão de integrar a tensão entre o corpo individual da pesquisadora com o corpo social e político.

Finalmente, a pesquisa encarnada põe em causa o conceito de ‘terreno de pesquisa’, está ciente de um ‘subconsciente acadêmico’, sabe ‘objetivar’ a pesquisadora, desafia a dimensão científica com os ‘conhecimentos situados’, destaca a falsa neutralidade do saber ‘científico universal’ (masculino) e nos permite colocá-lo em uma *geopolítica* e numa cultura ‘ocidental’, que já não tem mais uma conotação puramente geográfica. A colonização do conhecimento se expandiu cada vez mais, a *colonialidade* do saber, nas palavras de Edgardo Lander (2000)<sup>30</sup> produziu conhecimentos hegemônicos eurocentrados que classificaram culturas, gêneros e economias em uma (des)ordem de marginalização, racialização, deportação. Descolonizar o olhar, retomando o título de um livro de Franz Fanon (*Descolonizar a loucura*) significa contribuir para a pesquisa encarnada que, através das tensões que já foram citadas, revela e simultaneamente minimiza o risco, sempre latente e, portanto, presente, de que a própria pesquisa acabe sendo colonizadora.

<sup>27</sup> CLIFFORD, J. (1992). *Travelling Cultures*. Cultural Studies. New York: Routledge, pp. 96-116.

<sup>28</sup> CIMA, R. *Pratiche narrative per una pedagogia dell'invecchiare*. Milano: Franco Angeli 2012.

<sup>29</sup> ALGA, 2015, op. cit.

<sup>30</sup> LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.



## 1.2 O método narrativo na pesquisa

Revisitando as memórias de meu relacionamento com minha mãe e meu pai, e pelo que me foi dado saber sobre a relação mútua entre eles, estou me dando conta cada vez mais nitidamente de quantas outras vidas estão amarradas às nossas, e de como os fios remontam a antes de eu nascer, em 1939, e continuam depois do falecimento deles, em 1978 e 1980. Quem escreve é Mary Catherine Bateson, filha de Gregory Bateson e Margaret Mead, (1984).<sup>31</sup> Esta afirmação nos permite interrogar as experiências da vida, os eventos, mesmo os mais violentos, em uma dimensão plurigeracional e não apenas individual. Podemos também nos perguntar: é possível olhar para os problemas (em nosso caso, a violência obstétrica) através da narração dos mesmos, mas em termos de oportunidades (re)criadoras que eles apresentam? A questão surge da necessidade de transformar a violência sofrida pelas mulheres em uma ação política de denúncia através de um processo de (re)composição de partes de nossa vida, com a pesquisadora e em grupo com as outras.

Através da narração constrói-se *mediação simbólica*<sup>32</sup>. Esta permite dar um sentido ao que acontece na vida dos seres humanos, é um exercício que contribui para explorar a experiência e construir conhecimentos. Cada narrativa abre o pensamento ao imaginário, ou seja, promove a exploração de aspectos de nossa experiência ainda não investigados ou imaginados. Recontar um evento para alguém significa estabelecer uma relação. A pesquisadora é chamada a envolver-se e ao mesmo tempo, a se observar e se escutar como mulher, como mãe, como pesquisadora. De certa forma, usar ferramentas narrativas na pesquisa significa também solicitar uma narração de si e entre si e saber ouvir-se, mesmo quando você está ouvindo a narrativa da outra.

Contar uma história seja talvez o mais antigo gesto para acompanhar os pequenos em seu crescimento, para estar ao lado dos velhos, para curar quem está doente. A narração permite entrar nos significados de uma vida *como se fosse* a história de outra pessoa. Não há, portanto, um *eu*, mas um *si* ('*sé*') narrável que sabe o que aconteceu e relata isso de forma diversa. O ato de narrar uma história não é a mesma coisa que a história. A história distingue-se da narração.<sup>33</sup> Fazer com que uma história possa ser contada, construir espaços físicos e relacionais, dispor, em primeiro lugar, de uma teoria e de uma prática

<sup>31</sup> BATESON M. C., *With a daughter's eye*, William Morrow and Company, Inc, New York 1984.

<sup>32</sup> JEDLOWSKI P., *Storie comuni. La narrazione nella vita quotidiana*, Bruno Mondadori, Milano 2000

<sup>33</sup> CAVARERO A., *Tu che mi guardi, tu che mi racconti. Filosofia della narrazione*. Milano: Feltrinelli, 2011.

que permitem narrações de vidas<sup>34</sup> significa promover uma continuidade na descontinuidade natural da vida e reapropriar palavras e momentos da vida que unem, mantendo as diferenças individuais (do narrador e do ouvinte), facilitando o diálogo consigo mesmo e com os outros.

Como aponta Jerome Bruner, a narrativa é o primeiro dispositivo interpretativo e cognitivo do qual os seres humanos dispõem.<sup>35</sup> Através da narração atribui-se sentido e significado ao cotidiano, construímos formas de conhecimento que nos norteiam em nossa ação. Aquelas ações humanas não reelaboradas através do pensamento narrativo não produzem conhecimento funcional à vida em um contexto sociocultural. Isto é, não se transformam em experiência, permanecem meros fatos, muitas vezes velados e não compreensíveis dentro de um continuum de vida, inevitavelmente destinados ao esquecimento. Pertence a Bruner<sup>36</sup> a tese de que o homem possui duas maneiras distintas, porém complementares, de pensar, ordenar, construir a realidade. Dois tipos de funcionamento cognitivo com pressupostos, princípios e critérios próprios, que de maneira nenhuma podem ser reconduzidos um ao outro, mas que, juntos, oferecem a perspectiva mais ampla de um fenômeno, de uma experiência ou de um objeto, justamente porque permitem aprendê-los a partir de ângulos e pontos de vista diferentes. Ele chama estas formas de pensar que coexistem em nossas mentes de ‘pensamento pragmático ou lógico-científico’ e de ‘pensamento narrativo’. Narrar nos permite entrelaçar esses dois pensamentos, é uma arte que nos leva a explorar, a avançar na pesquisa (e na vida). A auto-etnografia exige da pesquisadora uma narração do que está acontecendo e que ela expresse seus posicionamentos na vida e na investigação. Não é possível pensar sem pensar sobre si, assim como não é possível separar a vida profissional, em particular no trabalho de cuidado, da vida pessoal. Manter estas duas partes juntas permite pôr em ordem, começar a narrar trechos de nossa vida a si mesmo e à outra/ao outro.

A abordagem narrativa na pesquisa pode ser aplicada na forma oral, escrita, mas também cartográfica. Quando falamos em oralidade, não estamos nos referindo à entrevista (mesmo uma entrevista em profundidade). Pensamos sim, em momentos de encontro marcados para a narração de um tema, neste caso o parto e à participação no Ato, onde normalmente há apenas

<sup>34</sup> CIMA, R. *Abitare le diversità*. Roma: Carocci, 2005.

<sup>35</sup> BRUNER J. La costruzione narrativa della “realtà” in Ammanniti M., Stern D.N. (a cura di), *Rappresentazioni e narrazioni*, Laterza, Bari, pp.17-38. 1991.

-----, *La mente a più dimensioni*, Laterza, Bari, 1988.

<sup>36</sup> BRUNER, Op. Cit.

uma pergunta inicial e uma exposição da pesquisadora em relação à questão que se põe à interlocutora. Falando sobre um determinado assunto, é importante começar com nossa experiência sobre o mesmo, com as perguntas que constituem a base da pesquisa. Dar espaço à oralidade significa, entre outras coisas, creditar à dimensão narrativa do conhecimento, frequentemente deixada de lado e considerada secundária em relação à dimensão lógico-racional.

A narração é composta por memórias ou momentos da vida presente e pode organizar o trabalho das memórias. Ela segue uma trajetória íntima e pode representar um segmento daquele processo vital de construção de si. Além disso, reúne elementos às vezes dispersos, que exigem uma ordem afetiva e não cronológica. A narração, além de favorecer o conhecimento de si, destaca o valor fundamental das relações sociais, coletivas, contemplativas, e, sobretudo, ajuda também a pesquisadora, no esforço de orientar e redirecionar sua prática cada vez de forma melhor.<sup>37</sup> Em grupo, a narração de um fato que aconteceu com uma mulher dá a possibilidade de pensar em práticas políticas de uma forma coletiva. A abordagem narrativa não afeta apenas aqueles que constituem o objeto da pesquisa, mas também a pesquisadora em seu papel de autora, junto com as outras, de pensamento e ações coletivas.

Quando as ferramentas narrativas são utilizadas na pesquisa, elas devem primeiramente ser aprendidas pela pesquisadora de uma forma direta e ativa. Por exemplo, aprender a utilizar o genograma (ver parágrafo seguinte) exige que ele seja experimentado em si mesmo, várias vezes, com uma especialista. É possível aprender a usar essa ferramenta apenas através de uma participação ativa de quem quer aprender e de quem ensina. Sempre que os eventos de nossa vida são relatados, temos a possibilidade de nos reinventarmos, de nos reconhecermos cada vez mais. Por outro lado, para o ouvinte, sempre há a possibilidade de imaginar coisas nunca vistas antes, embora encarnadas na memória de seu próprio corpo. Durante a pesquisa, através da narração, podem emergir novas formas de observar um fato que aconteceu conosco. A narração suportada por uma ferramenta gráfica (como, por exemplo, o genograma) faz 'aparecer' visualmente algo novo naquilo que já se conhece, sendo que isso é compreendido a partir de outro ponto de vista. O desenho formado através da narração representa o mapa das relações e muitas vezes este evento acaba *falando* de novas maneiras. O acompanhamento da Daniele

<sup>37</sup> PINEAU G., *As histórias de vida* (En coll. avec J.-L. Le Grand), Natal: Edufern. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (Trad. Des Histoires de vie) 2015, p. 1983.

PINEAU G., Michèle M., - *Produire sa vie. Autoformation et autobiographie*, Paris, Téraèdre (1<sup>re</sup> éd : Montréal, Éditions Albert Saint-Martin - 1983)

em sua pesquisa na Itália<sup>38</sup> me proporcionou essa experiência, nos revelando o mistério das genealogias femininas, como um fio que às vezes pode ser esquecido. Como escreve Luisa Muraro<sup>39</sup>, as genealogias continuaram a tecer seu fio, a narração o traz novamente à luz, porque o mistério (dos vínculos genealógicos femininos) nunca foi realmente perdido, mas apenas esquecido. Voltar a percebê-lo em sua forma mais simples, modular, por um lado pode nos mostrar um aspecto de nossa pesquisa até então oculto. Por outro lado confirma que uma filha vai para o mundo apertando a mão de sua mãe, e esta mão está entrelaçada àquela da mãe de sua mãe.<sup>40</sup>

### 1.3 O genograma

O genograma é uma representação gráfica da família que abrange pelo menos três gerações. É como um mapa das relações que foram e/ou são particularmente significativas. Não é a árvore genealógica da família, porque no genograma são incluídas também todas as pessoas não consanguíneas que marcam ou marcaram nossas vidas<sup>41</sup>. Nasce como ferramenta terapêutica utilizada na terapia familiar sistêmica. Na pesquisa qualitativa tem sido utilizado com adultos, idosos e imigrantes.<sup>42</sup> Ele oferece, através do desenho, uma representação visual e gráfica que, acompanhada pela oralidade da narração, permite identificar conexões não reveladas pelo pensamento ou pela escrita. O mundo da imagem visual possibilita visões que vão além do raciocínio, nos proporcionando outros pontos de vista e outros insights (compreensões).

A interação entre pesquisadora e sujeito da pesquisa é um elemento importante, no sentido de que ela constitui não apenas a ferramenta que atua, mas sobretudo, é a pesquisadora que se esforça para que o mapa do genograma não seja apenas esboçado, mas que ele também possa ‘falar por si só’. O genograma se constrói em uma folha branca, colocada entre a pesquisadora e a pesquisada, o que se desenha são os símbolos que se pretende marcar e que representam as pessoas e as relações entre elas. Contudo, são as imagens, formadas quando se observa o conjunto dos sinais traçados, que

<sup>38</sup> Refere-se ao período de estágio doutoral, ocorrido por meio do PDSE-CAPES, de agosto a dezembro de 2015.

<sup>39</sup> MURARO L, *Non è da tutti. L'indicibile fortuna di nascere donna*. Roma: Carocci, 2011.

<sup>40</sup> WINNICOTT D. W., *Gioco e realtà*. Milano: Armando Editore 2005.

<sup>41</sup> ROSENBAUM F., *Clinica transculturale e pedagogia del legame con i bambini migranti*. Paris: Masson, 2009.

<sup>42</sup> CIMA. R. *Redesenhar os mapas do encontro: trabalho de cuidado com os migrantes*, in *Visão Global*, Vol. 15, No 1-2, (p. 103-114) ISSN: 2179-4944, 2012a.

podem 'revelar' algo nunca visto antes, uma espécie de 'olhar', não racional, que nos fazem ver e, em seguida, entender o que estava escondido.

O desenho do genograma torna-se então um mapa autobiográfico de um evento agora 'descoberto' e conhecido de outra maneira. Começa a existir outra narração do mesmo evento, quando é alcançado certo nível de confiança e liberdade. Este também é um limite da ferramenta, no sentido de que, se não se alcança o equilíbrio entre pesquisadora e pesquisada, o genograma mostra um desenho do que já é conhecido, não tem um escopo 'revelador' e transformador, mas de toda forma possui um valor cognitivo. Há várias modalidades de utilização do genograma na pesquisa, e ele faz com que a pesquisadora e o sujeito da pesquisa possam:

- se situar no momento presente da pesquisa
- identificar as ligações afetivas/pesquisa (família/laços como um pré-texto)
- se inserir em relações políticas
- analisar a dimensão geopolítica
- resgatar espaços de pertencimentos compartilhados
- estudar os *ciclos da vida* (herança)
- destacar e interrogar fraturas, reagrupamentos, deslocamentos, nascimentos, mortes, doenças, restabelecimentos
- rastrear as culturas e os pertencimentos familiares
- criar uma comunidade de práticas (quando o genograma é submetido a profissionais)

O genograma é, desta forma, um espaço de encontro, um instrumento de mediação, um suporte muito eficaz para trabalhar com os recursos esquecidos, não reconhecidos ou ignorados pela família, para reatar as relações perdidas.

Dependendo dos temas da investigação, é possível personalizar áreas específicas de interesse e submeter o genograma aos interlocutores. Por exemplo, a formação do casal, a fecundação, a gravidez, o parto, o nascimento, a infância, a adolescência, a idade adulta, a velhice e a morte. São etapas da vida universais, marcadas por eventos e acontecimentos diferentes para cada ser humano, assim como são diferentes as maneiras em que lhe atribuímos um significado. Não temos, de fato, a mesma percepção cultural dos ciclos de existência, e o genograma pode ser utilizado como um espaço de intercâmbio cultural. Finalmente, o genograma desenvolve uma trajetória de pesquisa participativa em vários níveis: nos permite valorizar as narrações e as visões, tanto da pesquisadora como dos sujeitos da pesquisa. Ele pode ser

compartilhado em pequenos grupos. Traduz-se em um objeto ‘ativo’, já que pode ser relatado para outras e outros (por exemplo, membros da família). E justamente por ser uma representação das relações, pode incluir os diferentes sistemas de sensibilidade e inteligibilidade que cada indivíduo carrega consigo como produto do meio cultural e geopolítico ao qual pertence. Se através do uso dessa ferramenta surgirem pontos de vista diferentes sobre os eventos que são caracterizados na história pessoal como perdas, violências, vitimizações causadas pelas instituições, é possível então desencadear ações políticas compartilhadas entre pesquisadora e pesquisadas. Seguindo os posicionamentos da pesquisa encarnada, pode-se também desfrutar de uma linguagem científica poliglota, formada pelas diferentes vozes que advêm dos saberes situados.

## **2. A pesquisa com mulheres frente ao tema da violência na assistência obstétrica**

Articulado à perspectiva teórico-metodológica apresentada acima, se seguirá a apresentação do desenvolvimento da pesquisa com mulheres que realizaram um Ato Público, denominado ‘Ato Público Somos Todxs Adeligir’ sobre o tema da violência na assistência obstétrica no ano de 2014, em Florianópolis. Desta maneira, a parte conceitual anterior, visa instrumentalizar a discussão analítica da pesquisa em curso junto a mulheres participantes do ato supramencionado, tendo em vista que foi trabalhada conjuntamente pelas autoras durante as interações nas disciplinas e no estágio doutoral. A contribuição destas interações veio a contribuir com as análises da pesquisa em andamento, como parte fundamental do arcabouço teórico-metodológico.

Para esta proposta, amparada no conceito da pesquisa encarnada e do ‘partir de si’ tal como elaboradas anteriormente, o corpo, a história pessoal e as motivações da pesquisadora são considerados como essenciais para refletir sobre a implicação da mesma com o tema e elucidar os aspectos que compõem a própria pesquisa e as análises que se faz a partir dela. Assim, partindo de si, do fato de ser mulher, mãe e ter priorizado um parto domiciliar, em condições significativamente opostas ao contexto do nascimento, fato inclusive evidenciado pelo instrumento do genograma, identifico como as discussões contra a violência na assistência obstétrica e as reflexões e interações com as outras mulheres são carregadas destas marcas pessoais encarnadas em mim, como nas mulheres interlocutoras.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> As interações com as mulheres interlocutoras ocorreram em diversos momentos e por diferentes instrumentos metodológicos, sobretudo, entendendo como indicado anteriormente que não há uma separação entre antes, durante após o campo, assim como, entende-se o percurso como processo de restituição

Abordar-se-á o percurso de realização da pesquisa, enquanto um processo, visualizando a ressonância da experiência pessoal e política da pesquisadora em outras mulheres, neste caso algumas participantes do Ato Público contra a violência na assistência obstétrica e como estas conexões individuais tornam-se motivação para ação política coletiva.<sup>44</sup> Desta maneira, na interação com estas mulheres, vislumbra-se uma forma de denúncia da ocorrência deste tipo de violência contra mulheres em um período específico da vida daquelas que são mães pelo vínculo biológico. Ao mesmo tempo em que se objetiva, dar visibilidade à história e contexto de realização do Ato Público a partir da narrativa das próprias mulheres.

O percurso metodológico e as análises pautam-se nas epistemologias feministas que enquanto uma forma de construção do conhecimento, originadas na crítica feminista à ciência, objetiva elucidar as desigualdades de gênero com metodologias e análises que almejam suprimir estas desigualdades, assim como, destacar a invisibilidade das mulheres na história do conhecimento.

As participantes deste Ato Público são mulheres<sup>45</sup> que diante de seu percurso relacionado à maternidade, seja pessoal ou profissionalmente motivaram-se pelo tema da violência na assistência obstétrica e realizaram esta manifestação coletiva na forma de um Ato Público, que alcançou muitas outras mulheres, tanto pela inserção do tema no âmbito da atuação do Ministério Público, quanto, outras repercussões políticas e coletivas como a criação de grupos de apoio e uma entidade organizada, mantendo o tema em discussão e buscando estratégias para superação da ocorrência da violência e ampliação das práticas de humanização, como a permissão da presença das doulas

---

contínua. A primeira interação ocorreu na demonstração do interesse das interlocutoras em participarem da pesquisa, após contato e consulta com todas as 19 mulheres que assinaram a lista de presença do Ato Público. Apesar de outras mulheres demonstrarem interesse a distância geográfica de suas residências atuais impossibilitou a realização das interações pessoais. Desta maneira, todas que aceitaram e residiam em Florianópolis, participaram. Em seguida, foram feitas entrevistas com um grupo destas mulheres e entrevistas individuais, assim como uma troca-interação durante todo o decorrer da pesquisa, de maneiras pessoais e virtuais. As entrevistas individuais seguiram um fio condutor de temas, que entretanto, como abordado na primeira parte do texto, visava deixar as mulheres livres para abordarem a partir deste tema/questionamento.

<sup>44</sup>Outros trabalhos têm sido feitos sobre os temas da humanização dos partos e violência obstétrica (PEREIRA (2014), AMORIM (2012), SENA (2012), JONES (2004), DINIZ (2001)) abordando pelo viés dos procedimentos de saúde desnecessários e a chamada Medicina Baseada em Evidências, quanto às diferentes formas de violência obstétrica e ausência do protagonismo das mulheres em seu parto, tornando este, altamente tecnocrático e medicalizado, como indicativos da lógica mercantil e de submissão de gênero a uma cultura androcêntrica e patriarcal de propriedade sobre o corpo da mulher.

<sup>45</sup>Dentre as 21 pessoas participantes que assinaram a lista de presença, haviam alguns homens, que não foram o foco da pesquisa que ora se descreve.

nas maternidades públicas e privadas, obtida pela aprovação de lei estadual recente. A disposição em participar da pesquisa, por meio das entrevistas e demais interações foi identificado por elas também como uma forma de ressonância da ação política iniciada pelo Ato e desta forma, como possibilidade de propagação do tema.

## 2.1 A história do Ato Público Somos Todxs Adelir: o contexto regional da pesquisa

O 'Ato Nacional Somos Todxs Adelir' - em alusão a situação sofrida por Adelir no estado do Rio Grande do Sul, em 2014, quando foi forçada a fazer uma cesárea por determinação judicial a pedido do Ministério Público daquele estado<sup>46</sup>, ocorreu em diversas cidades do país, em dias próximos e foi articulado entre mulheres participantes de grupos virtuais. Esta mobilização é reflexo da movimentação a nível nacional de exposição da situação das taxas de cesáreas e parto normal, do questionamento da relação profissional-paciente e reivindicação por maior protagonismo da mulher durante a gestação e parto.<sup>47</sup>

Em Florianópolis, segundo a narrativa das próprias participantes, o Ato veio ao encontro de uma articulação que estava ocorrendo entre algumas mulheres sobre o tema da violência na assistência obstétrica. Entretanto, a organização ocorreu em sua maior parte virtualmente, sobretudo porque as participantes residem em diferentes regiões de Florianópolis, com diferentes profissões e ocupações diárias e tinham dificuldade de se encontrar presencialmente.

Sendo assim, estas mulheres que se conheciam previamente por reuniões e articulações virtuais, e outras que se juntaram ao grupo no dia do Ato, elaboraram um documento que foi entregue à Promotora de Justiça que as recebeu no dia da mobilização. O Ato estava marcado para ocorrer em frente

<sup>46</sup>Fonte: <https://somostodxsadelir.wordpress.com/>

<sup>47</sup>A pesquisa "Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento", é uma referência sobre as condições atuais dos partos e nascimentos no Brasil, realizada no período de fevereiro de 2011 a outubro de 2012, solicitada pelo Ministério da Saúde e coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz e objetivou traçar um quadro dos nascimentos no Brasil contemporâneo. Foram entrevistadas 23.894 mulheres em Hospitais Públicos, Privados e Mistos. No Sumário Executivo Temático da Pesquisa (2014) consta que a maioria das mulheres (52% das entrevistadas) tiveram o nascimento de seus filhos por cesariana, sendo que no setor privado este número sobe para 88%. Mesmo entre as gestantes que tiveram parto vaginal, verificou-se ser este um procedimento extremamente medicalizado, sendo que somente 5% das mulheres tiveram partos sem intervenções, muito inferior aos 40% do Reino Unido, como indica o artigo. Os resultados propõem refletir porque a escolha inicial das mulheres é pela via de parto vaginal, contudo, ocorrem tantas cesáreas; que em sua maioria não são baseadas em indicações efetivas de necessidade desta, mas sim por diversos fatores, a lógica mercantil, formação acadêmica ou pela escolha - consciente ou não - das mulheres.



à Procuradoria-Geral de Justiça, sede do Ministério Público estadual, contudo, quando chegaram, foram convidadas a adentrarem ao auditório, onde foram feitas abordagens por parte das militantes e da representante do Ministério Público.

Afirmaram que não tinham outras pretensões senão levar o tema para discussão, mas a ação política contra a violência obstétrica que ocorreu neste Ato, tornou-se um momento significativo da emergência contemporânea do tema no contexto local e produziu diversos frutos na vida pessoal e atuação profissional e política destas mulheres. Como referido acima, houve a criação de grupos de apoio em diferentes regiões da cidade: sul, norte, continente e centro, os quais, de acordo com uma das organizadoras, apresentam suas peculiaridades, em termos do perfil das mulheres participantes, sua condição socioeconômica e principalmente suas possibilidades de escolhas perante a gestação e parto, que se entrelaça com a forma de vida, exercício da autonomia, apoio da família e a própria condição financeira, como reflexos do contexto e local em que residem. No Ministério Público estadual permanece em tramitação um Procedimento Preparatório<sup>48</sup>, cujo objeto é levantar a situação do atendimento obstétrico e indicativos de violência na assistência obstétrica em Santa Catarina, além de outras ações, como o cartaz da Lei do Acompanhante e uma cartilha sobre os direitos no parto.

Uma breve análise do perfil das participantes permite indicar fatores significativos do recorte local deste Ato são, além de serem mulheres brancas, os fatores de escolaridade e classe, no sentido de que sua maioria é de pessoas que possuem nível superior e uma inserção satisfatória no mercado de trabalho e dentre aquelas que são mães, grande parte teve seus partos de maneira particular ou conveniada, mesmo que com esforços financeiros, porque se trata de uma prioridade de 'investimento' que de todo modo, reflete que sua condição, ao menos às permitiu escolher; destarte outras que não teriam nem como pensar nesta possibilidade. Todas são residentes de Florianópolis ou entorno e exercem suas atividades profissionais, algumas ligadas à área da saúde como fisioterapeuta e doulas e portanto, diretamente envolvidas nas ações relacionadas a parto e combate à violência obstétrica e outras exercem outras funções, como jornalista, professora e advogada.

---

<sup>48</sup> Procedimento Preparatório é uma das modalidades de conjunto de documentos que tramitam extra-judicialmente e tem caráter de preparar para a instauração de alguma outra ação como Inquérito Civil ou Ação Civil Pública, esta em âmbito judicial. No Procedimento Preparatório, os Promotores tem a atribuição de a partir de representações ou denúncias recebidas, solicitar ou determinar que os órgãos públicos forneçam documentos ou informações, ouvir pessoas e realizar audiências ou reuniões.

Pode-se dizer que esta característica de classe nos movimentos pela humanização do parto e mais recentemente, contra a violência na assistência obstétrica é uma característica regional, tendo em vista o que também foi identificado por Tornquist (2004)<sup>49</sup>, contudo, é motivo de questionamento e de busca pelo próprio movimento de se expandir para regiões mais carentes de informação, tais como ações de panfletagem e palestra em comunidades. Porém, mesmo que pertençam a um grupo de condição razoável e tenham vivenciado experiências pessoais satisfatórias de partos, ainda assim, há o envolvimento com o tema da violência na assistência obstétrica, o que possivelmente, encontra ressonância no genograma, relacionado à história de parto das mulheres da família ou mulheres próximas.<sup>50</sup>

A participação neste Ato, ocorreu tanto pela militância virtual<sup>51</sup> - assim denominada a participação em grupos de discussão em redes sociais-, quanto pela identificação pelo tema, seja pela experiência pessoal ou de pessoas próximas, de sofrimento de violência na assistência obstétrica, pelo seu contrário, a vivência de experiências satisfatórias nos partos ou no exercício profissional relacionado à maternidade, como doulas.

## 2.2 A restituição como processo contínuo

Ao abordar as narrativas de algumas das mulheres que participaram do Ato Público, assim como as demais interações com as mesmas ao longo da pesquisa, entende-se esta, como um processo de restituição contínua. A restituição ou devolução é um processo que pressupõe uma interação continuada entre pesquisadora e interlocutoras, que se estende desde antes da saída a campo ou coleta de dados, até a finalização da pesquisa com a produção das análises e da escrita da tese ou outro material acadêmico. A devolução é também uma oportunidade de instigar novas indagações e procedimentos metodológicos, por isso, seu potencial de oxigenação da pesquisa, além de ser o reconhecimento da imprescindível contribuição das interlocutoras, que

---

<sup>49</sup> TORNQUIST, Carmen Susana. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. Florianópolis, 2004. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

<sup>50</sup> Como a pesquisa está em curso, não é possível abordar sobre a aplicação dos genogramas, que aparecem como uma das opções metodológicas da pesquisa, ainda não concluída.

<sup>51</sup> Sobre a presença do tema da violência na assistência obstétrica nas redes sociais e na blogosfera brasileira abordou Luz (2014).

se coaduna ao questionamento inicial de para quem se pesquisa e quem se beneficia dela. Conforme Muraca<sup>52</sup>

No meu caso, com o termo “devolução” entendi um conjunto heterogêneo de práticas com as quais tentei responder aos gestos de generosidade que possibilitaram efetivamente a construção da etnografia. Vista desta forma, a devolução pressupõe o originário reconhecimento de uma dívida e uma disposição à gratidão, a consciência de que, por mais que em um percurso de pesquisa seja fundamental o comprometimento máximo das próprias capacidades, os resultados não dependem exclusivamente dos esforços da pesquisadora, mas sobretudo das “correspondências” da realidade, muitas vezes imprevisíveis (MURARO, 2003).

Desta maneira, permite acompanhar as mudanças na vida das mulheres participantes durante todo o percurso de interação, a ampliação de seu envolvimento com o tema e, no caso de algumas, as mudanças na atuação profissional relacionada à gestação e maternidade e o desenvolvimento das ações posteriores ao Ato Público, como os grupos e a entidade de apoio a mulheres.

Assim, as considerações aqui feitas foram formuladas a partir de encontros e articulações virtuais com as mulheres e das próprias observações que estas fizeram na continuidade da pesquisa, principalmente, ao tomarem conhecimento da transcrição das entrevistas e das primeiras análises.

Ao se analisar, é impossível não tomar parte ou posicionar-se sobre o tema analisado, principalmente pela identificação e engajamento político com o tema, mantendo, como se diz, um pé na academia e outro na militância.

Sobre isto também abordou Muraca<sup>53</sup>

Com muita frequência, a partilha do engajamento político dos sujeitos da pesquisa por parte da pesquisadora é julgado *ideologicamente* como um limite ideológico (FREIRE, 1987), causa de uma redução do espírito crítico e da capacidade de problematizar própria do olhar científico. [...] É importante esclarecer, todavia, que adotar uma atitude militante na pesquisa não se traduz apenas numa adesão ao ponto de vista dos sujeitos. (...) Para Lawless (1991) não se trata de defender a ideia segundo a qual os sujeitos da pesquisa seriam os censores dos nossos trabalhos, mas de dar espaço para um diálogo entre posições discordantes ou até contrapostas, como expressão da polifonia que está na base da construção do conhecimento. Portanto a consideração dos sujeitos da pesquisa como autênticos *interlocutores* pode implicar também assumir, e não negar, um certo componente de conflitualidade em relação a eles (SCHEPER-HUGHES, 1995).

<sup>52</sup> MURACA, Op. Cit.. p. 105

<sup>53</sup> MURACA, op. cit. p. 112-113

Este é também um dos pressupostos da epistemologia feminista, segundo o qual o saber é situado e corporificado, como indicado anteriormente. Para Sardenberg e Costa<sup>54</sup> a perspectiva de gênero tem possibilitado a construção de uma epistemologia crítica feminista fazendo a contestação do universal humano abstrato, comumente utilizado pela ciência, por um universal concreto,

constituído por realidades naturais e sociais diferentes, por exemplo, por classes sociais dominantes e subalternas, por grupos sociais dominados e discriminados; constituído por diversos pontos de vista, os quais bem podem ser iguais, semelhantes, divergentes, contraditórios, antagônicos.

Na mesma obra, Sardenberg<sup>55</sup> reforça que o objetivo do projeto feminista nas ciências é produzir e disseminar saberes não apenas sobre ou por mulheres, mas que tenham relevância em suas lutas, revelando o caráter da práxis transformadora da sociedade, que devem ter as epistemologias feministas.

### **2.3 Algumas considerações sobre as narrativas e interações da pesquisa**

Nas narrativas e interações posteriores ficam evidentes as conexões intergeracionais relacionadas aos partos e a maneira decisiva que as experiências das mulheres das gerações anteriores implicam positiva ou negativamente a estas mulheres. Desta maneira, elas também possuem em seus corpos o registro do sofrimento de suas mães ou de outras mulheres próximas, que foi, ao mesmo tempo, o motivador para busca de outras histórias para seus partos e a participação política no tema da violência na assistência obstétrica através de diversas ações políticas, dentre elas o Ato Público Somos Todxs Adelir, sem, contudo, deixarem de questionar os próprios movimentos constituídos e a situação de outras mulheres que não têm acesso à discussão em torno do tema ou não tem possibilidade de exercício da autonomia.

#### **2.3.1 Experiências intergeracionais relacionadas à maternidade**

A maioria das mulheres interlocutoras são mães: três delas mães de dois filhos e duas mães de um filho. Dentre aquelas que não possuíam filhos no início da pesquisa, uma delas possui um filho atualmente e das mulheres que possuíam um filho, uma delas possui mais um filho. Além disso, duas tinham

<sup>54</sup> COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 71 Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismociencia.pdf>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

<sup>55</sup> Op. Citada. p. 89

sofrido abortos espontâneos. São mulheres que tiveram filhos no máximo há dez anos, portanto, são experiências compreendidas neste período, onde a discussão sobre partos humanizados e mercados das cesáreas já se fazia presente na academia e na sociedade civil, variando entre elas o conhecimento e a aproximação destes temas ou experiências. Algumas tinham de antemão informações sobre parto humanizado e optaram por equipes nesta linha e outras só tomaram conhecimento após suas experiências de parto, não por acaso são as duas que relatam violências obstétricas sofridas.

Importante destacar o papel da amizade e sororidade referido por elas constantemente como uma forma de apoio nos aspectos da maternidade e fortalecimento das escolhas perante o parto, quanto o incentivo à participação política no Ato Público. Outro aspecto importante que reflete também como elementos da pesquisa encarnada e do 'partir de si', mas em nível profissional, ocorreram na vida destas mulheres foram as mudanças de rumos acadêmicos e profissionais, após a maternidade, passando a abordarem temas relacionados a suas experiências ou ainda a atuarem profissionalmente após suas vivências pessoais ou de alguém da família relacionadas a partos.

Nas narrativas sobre os percursos de seus partos, aparecem os seus próprios nascimentos, ou seja, o relato de parto de suas mães, como algo definidor de suas percepções sobre este evento e de seus próprios sentimentos. Nas palavras de uma delas, o seu primeiro parto, foi uma nova história sobre seu próprio nascimento, o que revela o aspecto intergeracional das experiências de maternidade, que aparecem inclusive, na composição do genograma.

Além disso, a história de outras mulheres da família ou amigas demonstram que também este é um assunto que circula no âmbito familiar e social e influencia as escolhas ou medos de outras mulheres, mesmo que não tenham o desejo ou ainda não tenham sido mães. Potira<sup>56</sup> não detalhou sobre as experiências de parto das mulheres da sua família, mas de todo modo, não devem ter sido satisfatórias, porque enfrentou posicionamentos contrários ao parto normal.

*Na gravidez do meu filho eu procurei um médico, entre aspas, cesarista, porque minha família achava que eu teria que ter uma cesariana, minha família toda era contra o parto normal. Fui para a maternidade sendo xingada pela minha família, dizendo que eu estava louca, que eu iria matar a criança. Foi bem complicado. (Potira)*

---

<sup>56</sup> Nomes fictícios

Violeta relembrou a história de sua mãe que teve uma cesariana marcada sem entrar em trabalho de parto e das mulheres de sua família que nunca cogitaram parto normal. Ou daquelas que tiveram, mas com o discurso da dor.

*Minha tia e minha avó tiveram parto normal, mas sempre com o discurso da dor, de que era muito dolorido, que parto normal era parto anormal, então quando eu presenciei as minhas amigas pensando sobre isto, eu comecei a pensar sobre a história das mulheres da minha família e sobre minha própria história, talvez daqui para frente. (Violeta)*

Luna enfatizou que com suas experiências, houve uma ressignificação do seu parto, uma nova história, que deseja contar para os outros: a sua história.

*E o nascimento da filha<sup>57</sup>, talvez por carregar essas coisas do meu nascimento é que eu acho que foram de uma certa forma extirpadas no nascimento dela, bem isso, foi uma ressignificação do meu nascimento, e muito disso saiu o meu sentido de que eu era capaz de fazer certas coisas, que eu achava que não era e daí eu me senti muito capaz de tomar certas decisões que antes eu não conseguia. (Luna)*

Por outro lado, Flora e Potira indicaram violências obstétricas sofridas em seus partos, ambos no mesmo Hospital Público: aplicação de ocitocina sintética sem o consentimento e diversas agressões verbais ou o abandono dos profissionais sem a explicação dos procedimentos foram os principais elementos destas narrativas.

Com Flora, a médica plantonista foi grosseira e quando fez um exame de toque que foi muito dolorido e reclamado pela parturiente, a profissional foi agressiva verbalmente e aplicou procedimentos aparentemente desnecessários, notadamente para culpabilizá-la. Potira relata ter sofrido violência obstétrica em sua primeira gestação, que resultou em um aborto espontâneo com a ‘maldição’ do médico de que nunca mais poderia engravidar. Conviveu muitos anos com esta sombra, não criando expectativas quanto à maternidade. Contudo, engravidou e seguiu a gestação saudável, com terapia psicológica para superar o medo da perda. O parto foi com diversas formas de violência,

*o momento mais conflituoso do parto do meu filho, foi que eles fizeram sete exames de toque em mim, em cinco horas de processo. (...) A nudez não me incomodava, já tinha me exposto a tantos residentes, mas eles não sabem o quanto dói um exame de toque. (Potira)*

Com isto, enfatizou que os profissionais não tem noção do que as mulheres sentem, e por isso acredita na fala incontestável das mulheres sobre o que sentem e o que vivenciaram em seus partos, por isto não seria estar certa

<sup>57</sup> Nome da criança suprimido

ou errada perante os procedimentos médicos, é o sentir pessoal que indicaria a forma de reação perante a violência na assistência obstétrica, inclusive como mobilizador para ação política.

### 2.3.2 A participação política das mulheres na discussão sobre violência obstétrica

As motivações individuais das mulheres para a participação política relacionada ao combate da violência obstétrica, sobretudo no 'Ato Público Somos Todxs Adelir' são tanto pelas vivências dos partos seja como vítimas de violência obstétrica ou por outro lado, uma experiência satisfatória em suas expectativas, quanto pelas marcas carregadas das histórias de outras mulheres de suas famílias ou próximas, antecessoras ou contemporâneas a si. Algumas interlocutoras possuíam individualmente participações políticas sejam em espaços e grupos feministas, da área da saúde pública ou do direito. Segundo elas, o Ato originou-se através de articulação virtual e seguiu uma proposta nacional: a sensibilização em torno do caso que aconteceu com Adelir, que foi um estopim para esta ação política.

*(...) eu acho que a minha história com a violência obstétrica é muito isso, depois que você passa pelo parto humanizado, que te trataram com respeito absurdo, com você, com teu bebê, que você foi plena e você começa a ter contatos com histórias que foram totalmente diferentes, tu fala - eu não me conformo que isso possa acontecer. Então acho que a gente é tão indignada quanto aquela pessoa que sofreu a violência; na verdade acho que a gente é mais indignada, porque muitas vezes as pessoas que sofreram violência nem sabem que sofreram a violência. (...) Hoje, depois que tive contato, eu vi: 'minha mãe passou por isso', minha mãe sofreu violência obstétrica. Agora ela sabe, porque eu contei para ela. 'não, minha filha, mas era normal, é um procedimento que o médico tem que fazer. Cada hora a enfermeira enfiar o dedo em você, a cada cinco minutos e você falando, 'olha, não quero porque acabou de vir uma enfermeira', 'fica quieta, porque estou fazendo meu trabalho' - que foi assim com ela; para ela e hoje para muitas mulheres isso é o padrão. (Lis)*

Outra mulher também referenciou que após a longa busca por um parto em que 'pudesse segurar seu bebê após o nascimento', e as experiências positivas que teve, resignificando seu próprio nascimento, sua vontade a partir de então, foi propagar o tema, passando a atuar militantemente sobre o tema.

*Após o parto eu fiquei com aquela impressão, aquela coisa assim que eu tinha que contar (...). As mulheres precisam saber disso, que o nascimento pode ser uma experiência feliz. Eu achava que aquilo tinha que ser contado para todas as mulheres. (Luna)*

Por outro lado, para Potira a motivação para o Ato foi pela experiência de ter sofrido violência obstétrica, em duas gestações: no abortamento

espontâneo e no primeiro parto. Por isso, seu enfoque é na criminalização da violência obstétrica, porque sabe o quanto ela dói. Tem como ponto fundamental a mulher falar da sua experiência, como forma de descrever o que sente nos procedimentos, não é estar errada ou não, é o sentir, que é incontestável.

*não sabe que isso machuca um exame de toque, que uma ocitocina machuca; que a episiotomia tem influências depois. A mulher que sofreu episiotomia (...) não pode fazer o que quer, não é a mesma recuperação. Então, percebi que a gente entrando por essa fala, que é uma fala incontestável, que ele não tem como dizer que eu estou errada, que o que eu senti está errado a gente consegue mais inserção, dialogar e conseguir mais sucesso nas negociações. (Potira)*

Assim, aquelas que tiveram experiências satisfatórias têm na ação política, anseio de dizer às mulheres que era possível vivenciarem tais situações positivas em seus partos, buscando, por outro lado, que todas tenham acesso, sem a exclusão pela condição socioeconômica. E aquelas que sofreram violência, de evitar que outras sofram. É um 'partir de si' pessoal, transformado em ação política coletiva.

### 2.3.3 Considerações finais

Para além da participação no Ato, que como indicado anteriormente, foi um momento político importante da emergência contemporânea do tema, as mulheres participantes também mantêm um olhar crítico sobre toda a repercussão das discussões sobre o tema, seja pelo caráter classista que se mantém ou pela própria transformação dos partos humanizados como bens de consumo. Tais posicionamentos articulam-se a presença encarnada destas mulheres na participação política, que partindo de suas experiências pessoais, em sua maioria satisfatórias, pretendem torná-las uma ação política, fazendo com que alcancem a muitas outras mulheres.

*Tenho algumas ressalvas em relação a todo o movimento (pelo parto humanizado e contra a violência obstétrica). Eu acho maravilhoso, concordo que tenha que existir, mas ainda é muito classista e isto me incomoda bastante. (...) Eu particularmente não tinha pensado sobre esta questão cesariana, parto normal, parto natural; eu também não tinha consciência de como é este mercado de cesarianas no Brasil. (Violeta)*

*Acho que a questão da humanização trouxe isso para a gente, para dar uma crítica a assistência obstétrica em geral, não tem um que seja melhor do que o outro. Quem tem que estar sendo bem atendida somos nós. Se eu tive um tive um atendimento com um médico dito humanizado - eu uso sempre a palavra 'dito' - dito cesarista e ele fez uma coisa que me constrangeu, ele tem que ser chamado a atenção para isto também. Porque daí o movimento vem com um monte de desculpas, 'ah, mas ele poderia estar cansado, ah, não sei o que'; mas se você fala de um médico cesarista, 'ah, eles são uns monstros'.(Potira)*



Flora reconhece que há um recorte de classe que permeia o parto humanizado, contudo maior ainda, é a falta de informação e opressão do sistema.

*E algumas mulheres constroem a maternidade muito submissas ao que é muito bom agora, 'ah, então agora legal é o parto em casa, o parto isso...' então você vê muitas mulheres construindo isso como um bem de consumo, como um objetivo da vida. Só que assim, parir é só um dos pontos de uma rede gigante de coisas que você ainda vai ter que lidar na vida, tudo permeável por essa coisa meio alienada. Por isso que eu te digo que o empoderamento passa por você se envolver com aquilo, porque simplesmente você parir em casa com pétalas de flores e ser tudo ótimo, sinceramente não acho isso difícil, apesar de que hoje em dia isso tem um custo e tal, mas digo que qualquer mulher faria isso; mas a questão é como você vai chegar nesse momento, como você vai lidar com dificuldades e coisas adversas que podem advir disso. (Flora)*

Para Potira, a maior violência é a financeira, não ter condições de pagar o parto humanizado e a sua vivência de violências em duas gestações, a faz ter uma análise diferente de outras interlocutoras, no sentido que seu enfoque é na criminalização da violência na assistência obstétrica, intimamente relacionada ao seu sofrimento de violência, diferente daquelas que vivenciaram partos humanizados e acreditam que a diminuição da violência ocorreria com a expansão das práticas nesta linha de assistência.

*Porque eu acredito que muitos dos discursos que tem é discurso de marketing. Eles precisam de uma clientela para o parto normal, criam um monte de coisas: 'você tem que ter uma equipe que trabalhe com você desde o começo da gestação', o que eu acho desnecessário, porque não precisa porque a maioria das mulheres vai para o plantonista e pode ser bem atendida ali também. 'Você precisa de uma doula, você precisa de uma assistente de amamentação, você precisa de tudo isso' e você precisa pagar por cada um destes custos. (Potira)*

A militância feminista de algumas das mulheres também as fez reconhecerem a violência na assistência obstétrica como uma violência contra a mulher e outro lado, a sensibilização da falta de oportunidade de experiências satisfatórias à maioria das outras mulheres.

*eu acho que as coisas não tem uma causa só. Eu tenho uma história de militância e que eu jamais saberia discutir a maternidade como eu faço hoje, se não tivesse passado pela experiência da maternidade. E sim, eu tive um atendimento muito sensível e eu vi quanto eu sou um pequeno grão de arroz no contexto do atendimento ao parto. Então eu me sensibilizo mesmo, fui tocada com a falta de oportunidade que as mulheres têm em uma parte de sua sexualidade, que é o parto, e passarem por mais uma violência. Então eu acho que eu fui tocada por ter noção do privilégio que eu tive, e acho que o maior poder que eu senti foi de parir mesmo, eu me senti num poder absoluto de gerar uma vida. (Lis)*

Ao trabalhar com os grupos de mulheres e a entidade de acolhimento à mulheres, Isis percebe que a procura das mulheres pela informação está se ampliando e que inclusive, algumas já chegam ao grupo bem informadas e preparadas para exercerem seu direito de escolha perante o parto. Ela reconhece que a procura por este atendimento é majoritariamente de mulheres de classe média, apesar das rodas de conversa e outros serviços serem gratuitos, contudo, percebe que toda esta movimentação em torno da humanização dos nascimentos tem um impacto na rede pública, apesar de não ser ainda o almejado.

*Articulações que estão sendo construídas ainda são muito tímidas para que esta discussão tome uma proporção maior e atinja de fato a rede pública. (...) Articulação virtual sim, sempre tem... (...) Como a coisa está tomando uma proporção maior a gente tem de alguma forma um respaldo do Poder Público, com legislação nova, com questões novas do governo federal, então vai ser o momento de ocupar um pouco os espaços, discutir mais abertamente essa questão. (Isis)*

E com isso pensam em criar uma identidade de grupo que possa levar coletivamente adiante o tema da violência na assistência obstétrica e a necessidade de articulação entre os grupos já existentes, reconhecendo o percurso histórico de lutas pela saúde e sobre a violência contra a mulher.

Este Ato Público, destarte suas limitações em termos de ser um episódio local, com participação limitada e sem grandes pretensões das participantes, originou diversos frutos, o que fortalece contemporaneamente a articulação entre os grupos que se reúnem para discutir este tema. Com isso, há o reconhecimento das mulheres da necessidade de se alcançar a assistência pública de saúde, seja pela ampliação de práticas de humanização dos partos ou contra a violência na assistência obstétrica.

Assim, para todas as mulheres interlocutoras as experiências positivas ou negativas de partos, foram mediadas por outras mulheres, principalmente da família: mães, tias, cunhadas ou ainda, por amigas; o que, em suas narrativas foram importantes constituidores de suas percepções e escolhas perante os seus partos ou seus desejos de partos. Possibilitando inclusive a estas mulheres da família a curarem os sofrimentos ocorridos em seus partos e mostrando que não se resignaram com a violência sofrida pelas mães, participando politicamente para que outras pessoas não sejam também vítimas da violência na assistência obstétrica.

Artigo recebido para publicação em 26/08/2016

Artigo aprovado para publicação em 18/11/2016